

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/30316	39003/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Aprovação do Protocolo de Cooperação para a Instalação e Utilização de um Sistema de Videovigilância na Cidade de Braga

A segurança e o bem-estar dos cidadãos são pilares fundamentais da governação municipal e prioridades assumidas pelo Executivo de Braga. Num contexto de crescente exigência social e de novos desafios urbanos, o Município de Braga tem vindo a afirmar-se como referência nacional na promoção de políticas públicas inovadoras, que conciliam a proteção das pessoas com a valorização do espaço público e o respeito pelos direitos fundamentais.

Neste quadro, e em articulação com a Polícia de Segurança Pública (PSP), foi desenvolvido um protocolo de cooperação para a instalação de um sistema de videovigilância em zonas estratégicas da cidade, com o objetivo de reforçar a segurança, prevenir a criminalidade e apoiar a atuação das forças de segurança, sem nunca descuidar a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Nos termos do disposto no artigo 33.º, alínea r), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que atribui à câmara municipal a competência para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, submete-se à apreciação e aprovação do executivo a celebração deste protocolo de cooperação com a PSP.



1. Visão Estratégica e Objetivos

- 1.1. Reforçar a proteção de pessoas e bens, públicos e privados, promovendo uma cidade mais segura e atrativa para residentes, visitantes e investidores;
- 1.2. Prevenir e reduzir a criminalidade em locais de maior risco, contribuindo para o aumento do sentimento de segurança e da qualidade de vida;
- 1.3. Apoiar a atuação policial, permitindo uma resposta mais célere e eficaz, e promovendo a cooperação institucional;
- 1.4. Valorizar o património histórico, cultural e os espaços de lazer, tornando Braga uma referência em segurança urbana e inovação.

2. Âmbito e Descrição Técnica

- 2.1. O sistema abrangerá 133 câmaras (9 fixas, 114 multisensor, 10 rotativas), distribuídas por três zonas: área de bares da Universidade do Minho/Parque, Centro Histórico/Pedonal e Parques de Lazer (Picoto, Ponte e Camélias).
- 2.2. Inclui infraestrutura de rede, servidores, software de gestão, medidas de cibersegurança e controlo de acessos, garantindo elevados padrões de proteção de dados.

3. Fases de Implementação

Fase 1 (2026): 82 câmaras em locais com infraestrutura existente;

Fase 2 (2027): 33 câmaras em locais com pequenas obras adicionais;

Fase 3 (2028): 18 câmaras em zonas sem infraestrutura, exigindo novas condutas.

4. Tramitação Legal

- 4.1. O pedido de parecer à CNPD e autorização ao Ministério da Administração Interna serão formalizados pela PSP;
- 4.2. O Município assegura o financiamento, aquisição, instalação e manutenção do sistema;
- 4.3. A PSP assegura a operação e monitorização no seu Centro de Comando e Controlo.

5. Sustentabilidade Financeira

O custo global da 1.^a fase do projeto está estimado em cerca de 1.700.000,00 € (valor indicativo, sujeito a procedimento concursal), investimento que se justifica plenamente face ao impacto positivo esperado na segurança e qualidade de vida dos bracarenses.



6. Proposta

Face ao exposto, e ao abrigo do disposto no artigo 33.º, alínea r), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se à reunião do executivo a aprovação do Protocolo de Cooperação com a PSP para a implementação do sistema de videovigilância na cidade de Braga, nos termos apresentados, delegando no Sr. Presidente da Câmara Municipal a competência para assinatura do referido protocolo.

Esta proposta representa um compromisso inequívoco do Município de Braga com a segurança, a inovação e a qualidade de vida, colocando os interesses dos cidadãos no centro da ação municipal.

Anexo:

Anexo 1 – Informação Técnica;

Anexo 2 – Mapa da Área de Cobertura Total e Fase1;

Anexo3 – Proposta Protocolo Financiamento Braga – PSP.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ASSUNTO: PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA A INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA NA CIDADE DE BRAGA

1. Enquadramento e Fundamentação

O Município de Braga, no âmbito da sua missão de garantir condições acrescidas de segurança e bem-estar aos seus munícipes e visitantes, identificou, em articulação com a Polícia de Segurança Pública (PSP), algumas zonas críticas com maior incidência de criminalidade e insegurança.

O sistema de videovigilância proposto insere-se no quadro legal da Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, e será objeto de **parecer prévio obrigatório da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)**, a apresentar pelo Ministério da Administração Interna (MAI), na qualidade de responsável pelo tratamento de dados.

Os objetivos estratégicos do projeto são:

- Reforçar a **proteção de pessoas e bens**, públicos e privados;
- **Prevenir e reduzir a criminalidade** em locais de maior risco;
- **Apoiar a atuação policial**, permitindo uma resposta mais célere e eficaz;
- Contribuir para a **preservação do património histórico e cultural** e para a proteção dos espaços de lazer.

O protocolo ora apresentado visa cumprir o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 6.º da referida Lei, e materializa o funcionamento do sistema de videovigilância, que se pretende que seja eficaz, que cumpra os objetivos anteriormente enunciados e garanta que o projeto cumpre integralmente a legislação aplicável, incluindo a Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, e as normas de proteção de dados pessoais, garantindo a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

2. Vantagens e Benefícios para a População

- **Aumento do sentimento de segurança** em zonas de maior afluência, como o centro histórico, áreas de bares e parques de lazer;
- **Redução de furtos, roubos e atos de vandalismo**, com impacto direto na qualidade de vida, conforme evidenciado em experiências de outros municípios;
- **Melhoria da capacidade de resposta policial** e apoio à investigação criminal;
- **Reforço da cooperação institucional** entre Município e PSP, otimizando recursos e respostas.



3. Descrição Técnica e Âmbito

O sistema abrangerá **133 câmaras**:

- 9 fixas;
- 114 multisensor;
- 10 rotativas;

Zonas de instalação:

1. **Zona 1:** área de bares da Universidade do Minho/Parque, da Rodovia e Rua D. Pedro;
2. **Zona 2:** Centro Histórico/Pedonal;
3. **Zona 3:** Parques de Lazer (Picoto, Ponte e Camélias).

Nota: Mapa de cobertura em anexo.

Inclui, os seguintes equipamentos e serviços:

- Infraestrutura de rede FO e cablagem;
- Servidores, armazenamento e software de gestão de vídeo;
- Postes/colunas metálicas e caixas de distribuição;
- Licenciamento de software;
- Medidas de cibersegurança, encriptação e controlo de acessos.

4. Fases de Implementação

A instalação será **faseada** para otimizar recursos e alinhar com a disponibilidade de infraestrutura:

- **Fase 1 (2026):** 82 câmaras em locais com infraestrutura de FO existente e bastidor próximo;
- **Fase 2 (2027):** 33 câmaras em locais com conduta FO próxima, exigindo pequenas obras adicionais;
- **Fase 3 (2028):** 18 câmaras em zonas sem infraestrutura FO, exigindo abertura de valas e instalação de novas condutas.

Nota: a instalação de cada fase ficará condicionada à conclusão das obras de infraestrutura associadas.



Sendo que a metodologia adotada para a **Fase 1**, contempla as seguintes etapas:

- **Etapla 1 – Planeamento e autorização:** validação final do projeto, obtenção de autorização da CNPD, por parte do Ministério da Administração Interna (1 a 3 meses).
- **Etapla 2 – Aquisição e instalação:** compra e colocação de câmaras, servidores, rede e equipamentos de suporte (6 a 9 meses).
- **Etapla 3 – Testes e integração:** verificação técnica, configuração e integração com o Centro de Comando e Controlo Operacional da PSP (1 a 2 meses).
- **Etapla 4 – Operacionalização:** entrada em funcionamento e início da monitorização contínua (imediato após testes).
- **Etapla 5 – Manutenção e avaliação:** manutenção preventiva e corretiva, auditorias de segurança e avaliação anual.

5. Tramitação Legal e Competências

- O **pedido de parecer à CNPD** e autorização ao Ministério da Administração Interna serão formalizados pela PSP;
- O Município garante o **financiamento**, aquisição, instalação e manutenção do sistema;
- A PSP assegura a **operação e monitorização** no seu Centro de Comando e Controlo;
- Relatórios de progresso serão produzidos e partilhados para monitorizar a execução, de acordo com o modelo já definido no projeto.

6. Custos Estimados

O investimento total engloba:

- Equipamentos de videovigilância;
- Rede e infraestrutura física;
- Software e licenciamento;
- Instalação e configuração;
- Manutenção preventiva e corretiva.



7. Custos Estimados

O custo global da 1.^a fase do projeto, abrangendo equipamentos, infraestrutura, software e manutenção inicial, está estimado em **cerca de 1 700 000,00 M€** (valor indicativo, sujeito a procedimento concursal), sendo que a 1.^o Fase representa o maior investimento, tanto pelo número de câmaras a instalar como pelas necessidades de infraestrutura, nomeadamente servidores, sala de controlo e software de análise.

8. Conclusão e Proposta

Atendendo à relevância estratégica do projeto e aos benefícios esperados para a segurança pública, prevenção da criminalidade, valorização do espaço urbano e reforço da cooperação interinstitucional, propõe-se a aprovação do **Protocolo de Cooperação** com a PSP para implementação do sistema de videovigilância na cidade de Braga, nos termos apresentados.

À consideração,

Departamento de Estratégia, Sistemas de Informação e Qualidade



Mapa – Área de cobertura Total



MUNICIPIO DE BRAGA

Praça Municipal, 4700 – 435 Braga



Código Validação: EWYVHJAQZW7RHT2F52EXHF3CGC
Verificação: <https://braga.balcaoeletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico.Gestiona | Página 8 / 27

Anexo I
braga.pt

Mapa – Área de cobertura Fase 1



MUNICIPIO DE BRAGA

Praça Municipal, 4700 – 435 Braga



Código Validação: EWYVHA3ZW7R1HTF52EXHF3CGG
Verificação: <https://braga.palcoeletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestão | Página 9 / 27

Anexo I
braga.pt

**PROTOCOLO DE FINANCIAMENTO PARA A INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE
VIDEOVIGILÂNCIA NA CIDADE DE BRAGA**

Considerando que:

- O Município de Braga está empenhado em proporcionar as melhores condições de bem-estar e segurança aos seus munícipes e a todos os que visitam o concelho;
- A Polícia de Segurança Pública (PSP) tem por funções defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, sendo que a prevenção da criminalidade só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, conforme decorre da Constituição da República Portuguesa;
- Compete à PSP, no âmbito das atribuições previstas na Lei Orgânica da PSP, aprovada pela Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto, entre outras, a garantia da ordem e da tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e bens, assim como prevenir a criminalidade em geral, conforme decorre do seu artigo 3.º;
- Para fazer face às suas atribuições, a PSP ao longo da sua história tem vindo a desenvolver estratégias de atuação consentâneas com as alterações contextuais, procurando responder com solicitude às demandas decorrentes das suas responsabilidades em estreita cooperação com as autarquias locais;
- Com o adensar do espectro de atuação, não se pode negligenciar o auxílio das novas tecnologias na prossecução do superior interesse de zelar pela segurança pública dos cidadãos, designadamente através da utilização de câmaras de vídeo em locais públicos de utilização comum;
- Em matéria de segurança pública, o apoio das novas tecnologias como meio de prevenção situacional, como é o caso do recurso à videovigilância, tem apresentado resultados muito satisfatórios, quer na diminuição da criminalidade quer na eficiência e eficácia da atuação policial;
- A instalação de um sistema de videovigilância na cidade de Braga, em especial nas zonas de maior registo de ocorrências criminais e vias de comunicação, é um meio auxiliar



- manifestamente adequado para a manutenção da segurança e da ordem pública, bem como para a prevenção da prática de factos qualificados na lei como crime;
- Não obstante, importa salientar que o sistema de videovigilância proposto não visa em nenhuma instância substituir a componente humana da atividade policial, mas antes constituir uma ferramenta complementar da atividade policial, preventiva e reativa, permitindo, não só agilizar uma célere resposta policial a cada situação em concreto, como, em alguns casos, tornar possível a identificação de suspeitos e consequente apuramento de responsabilidades criminais;
 - A conjugação de esforços por parte dos outorgantes constitui uma mais-valia para a manutenção da segurança pública, da proteção de pessoas e bens, da prevenção de condutas criminosas e desviantes e para o reforço do sentimento de segurança por parte da população;

Assim, o Município de Braga e a Polícia de Segurança Pública manifestam a sua inteira disponibilidade para materializar e manter em funcionamento um sistema de videovigilância eficaz e que cumpra os objetivos anteriormente enunciados.

Entre

O MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de direito público número 506901173, com sede na Praça do Município, 4704-514, Braga, doravante designado por Município, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, como primeiro outorgante;

E

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, pessoa coletiva de direito público número 600006662, doravante designada abreviadamente por PSP, com a Direção Nacional sita no Largo da Penha de França, n.º 1, em Lisboa, representada neste ato pelo Intendente Sérgio Soares, na qualidade de Comandante Distrital em suplência da Polícia de Segurança Pública Braga, como segundo outorgante;



Ao abrigo do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que atribui competências ao Município para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central, é celebrado o presente protocolo de financiamento, que se passa a reger pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto

1. O presente protocolo visa regular a utilização dos equipamentos afetos ao sistema de videovigilância, propriedade do município de Braga e que se destinam à videovigilância para proteção de pessoas e bens públicos e privados, no concelho de Braga.
2. O presente protocolo estabelece ainda os termos em que deve ser assegurado o tratamento dos dados pessoais no âmbito da prestação de serviços de manutenção e assistência técnica dos equipamentos e sistema de videovigilância.

Cláusula Segunda

Propriedade

A aquisição dos equipamentos afetos ao funcionamento do sistema de videovigilância é da responsabilidade do município, integrando o seu património, o qual colocará à disposição do Comando Distrital de Braga, na qualidade de operador do referido sistema, enquanto este se mantiver em funcionamento.

Cláusula Terceira

Obrigações do Primeiro Outorgante

São obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) Na qualidade de proprietário de todos os bens afetos ao sistema de videovigilância, garantir o correto funcionamento do sistema, assegurando, por via direta ou mediante a contratação a terceiros de serviços, a manutenção de todos os seus componentes, preventiva e corretivamente;
- b) Garantir a atualização do software quanto à segurança e a obtenção das licenças necessárias;
- c) Manter os avisos previstos no artigo 22.º da Lei 95/2021, de 29 de dezembro em devidas condições, procedendo à sua reparação e/ou substituição sempre que tal se justifique.



Cláusula Quarta

Obrigações do Segundo Outorgante

1. São obrigações do Segundo Outorgante:
 - a) Enquanto responsável pelo tratamento das imagens captadas, dar cumprimento a todas as imposições legais relativas à captação, tratamento, utilização, conservação e registo das imagens captadas, conforme previstas na Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, do RGPD e da Lei n.º 59/2019, de 08 de agosto;
 - b) Assegurar que os bens que compõem o sistema de videovigilância, em especial os instalados no Centro de Gestão e Controlo, se destinam em exclusivo aos fins previstos no presente protocolo;
 - c) Dar conhecimento ao Primeiro Outorgante de qualquer vício ou anomalia nos equipamentos afetos ao sistema;
 - d) Permitir a terceiros indicados pelo primeiro outorgante o acesso ao sistema de videovigilância para fins de manutenção e assistência.
2. No caso da não renovação da autorização de funcionamento do sistema, todos os equipamentos são devolvidos ao Primeiro Outorgante.
3. Disponibilizar os recursos humanos adequados a operar/monitorizar o sistema de videovigilância no Centro de Comando e Controlo Operacional do Comando.

Cláusula Quinta

Tratamento de dados pessoais

1. O município de Braga, para efeitos do disposto na alínea b) da cláusula 3.ª constitui-se como subcontratante, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto, a qual pode contratar entidade especializada para efeitos de manutenção do sistema, nos termos da alínea a) da cláusula 3.ª.
2. A entidade que venha a ser contratada pelo município de Braga constitui-se como subcontratante, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto.
3. Os termos em que deve ser assegurado o tratamento de dados pessoais no âmbito da prestação de serviços de manutenção e assistência técnica para reparação e reposição em serviço do equipamento que integra o sistema de videovigilância é estabelecido por protocolo entre o responsável pelo tratamento de dados pessoais e os subcontratantes.



Cláusula Sexta**Acompanhamento e Controlo**

A execução do presente protocolo é acompanhada, a todo o tempo e de forma contínua, pelo Primeiro Outorgante, mediante reuniões periódicas com o Segundo Outorgante, sempre que tal se justifique.

Cláusula Sétima**Modificação do Protocolo**

1. O presente protocolo pode ser retificado ou alterado por mútuo acordo entre as partes.
2. Qualquer emenda, alteração ou aditamento ao presente protocolo deve ser realizado através de adenda, assinada por ambos os Outorgantes.

Cláusula Oitava**Renovação da Autorização**

Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 7.º da Lei 95/2021, de 29 de dezembro, previamente à submissão do pedido de renovação da autorização de utilização do sistema de videovigilância ao membro do Governo, o Segundo Outorgante solicita o parecer escrito do Primeiro Outorgante quanto à intenção de manter em funcionamento o sistema de videovigilância

Cláusula Nona**Cessação**

O presente protocolo pode cessar por:

- a) Impossibilidade de funcionamento do sistema de videovigilância por um período superior a 6 meses;
- b) Revogação, por acordo entre os outorgantes;
- c) Resolução, em caso de incumprimento de alguma das obrigações previstas no presente protocolo, mediante envio de carta registada com aviso de receção à parte faltosa, com menção dos motivos que integram a justa causa invocada.

Cláusula Décima**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes, estas deverão ser dirigidas, através de correio



eletrónico, com aviso de receção e de leitura para o respetivo endereço eletrónico, identificado neste contrato, a saber:

- a) Município de Braga: **dpo@cm-braga.pt**
 - b) Polícia de Segurança Pública: **cpbraga@psp.pt**
2. Qualquer alteração das informações de contacto por via eletrónica constantes do presente protocolo deverá ser comunicada por escrito à outra parte pela forma mais célere.

Cláusula Décima Primeira

Entrada em Vigor

O presente protocolo entra em vigor no dia de ativação do sistema de videovigilância.

Cláusula Décima Segunda

Foro Competente

Para resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Braga, ____ de _____ de 2025

Pelo Município de Braga

Dr. Ricardo Rio
Presidente da Câmara Municipal

Pela Polícia de Segurança Pública

Sérgio Soares, Intendente
Comandante Distrital da PSP de Braga, em suplência



ASSUNTO: PROPOSTA DE PROTOCOLO PARA A INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA NA CIDADE DE BRAGA

1. Enquadramento e Fundamentação

O Município de Braga, no âmbito da sua missão de garantir condições acrescidas de segurança e bem-estar aos seus munícipes e visitantes, identificou, em articulação com a Polícia de Segurança Pública (PSP), algumas zonas críticas com maior incidência de criminalidade e insegurança.

O sistema de videovigilância proposto insere-se no quadro legal da Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, e será objeto de **parecer prévio obrigatório da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)**, a apresentar pelo Ministério da Administração Interna (MAI), na qualidade de responsável pelo tratamento de dados.

Os objetivos estratégicos do projeto são:

- Reforçar a **proteção de pessoas e bens**, públicos e privados;
- **Prevenir e reduzir a criminalidade** em locais de maior risco;
- **Apoiar a atuação policial**, permitindo uma resposta mais célere e eficaz;
- Contribuir para a **preservação do património histórico e cultural** e para a proteção dos espaços de lazer.

O protocolo ora apresentado visa cumprir o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 6.º da referida Lei, e materializa o funcionamento do sistema de videovigilância, que se pretende que seja eficaz, que cumpra os objetivos anteriormente enunciados e garanta que o projeto cumpre integralmente a legislação aplicável, incluindo a Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, e as normas de proteção de dados pessoais, garantindo a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

2. Vantagens e Benefícios para a População

- **Aumento do sentimento de segurança** em zonas de maior afluência, como o centro histórico, áreas de bares e parques de lazer;
- **Redução de furtos, roubos e atos de vandalismo**, com impacto direto na qualidade de vida, conforme evidenciado em experiências de outros municípios;
- **Melhoria da capacidade de resposta policial** e apoio à investigação criminal;
- **Reforço da cooperação institucional** entre Município e PSP, otimizando recursos e respostas.



3. Descrição Técnica e Âmbito

O sistema abrangerá **133 câmaras**:

- 9 fixas;
- 114 multisensor;
- 10 rotativas;

Zonas de instalação:

1. **Zona 1:** área de bares da Universidade do Minho/Parque, da Rodovia e Rua D. Pedro;
2. **Zona 2:** Centro Histórico/Pedonal;
3. **Zona 3:** Parques de Lazer (Picoto, Ponte e Camélias).

Nota: Mapa de cobertura em anexo.

Inclui, os seguintes equipamentos e serviços:

- Infraestrutura de rede FO e cablagem;
- Servidores, armazenamento e software de gestão de vídeo;
- Postes/colunas metálicas e caixas de distribuição;
- Licenciamento de software;
- Medidas de cibersegurança, encriptação e controlo de acessos.

4. Fases de Implementação

A instalação será **faseada** para otimizar recursos e alinhar com a disponibilidade de infraestrutura:

- **Fase 1 (2026):** 82 câmaras em locais com infraestrutura de FO existente e bastidor próximo;
- **Fase 2 (2027):** 33 câmaras em locais com conduta FO próxima, exigindo pequenas obras adicionais;
- **Fase 3 (2028):** 18 câmaras em zonas sem infraestrutura FO, exigindo abertura de valas e instalação de novas condutas.

Nota: a instalação de cada fase ficará condicionada à conclusão das obras de infraestrutura associadas.



Sendo que a metodologia adotada para a **Fase 1**, contempla as seguintes etapas:

- **Etapla 1 – Planeamento e autorização:** validação final do projeto, obtenção de autorização da CNPD, por parte do Ministério da Administração Interna (1 a 3 meses).
- **Etapla 2 – Aquisição e instalação:** compra e colocação de câmaras, servidores, rede e equipamentos de suporte (6 a 9 meses).
- **Etapla 3 – Testes e integração:** verificação técnica, configuração e integração com o Centro de Comando e Controlo Operacional da PSP (1 a 2 meses).
- **Etapla 4 – Operacionalização:** entrada em funcionamento e início da monitorização contínua (imediato após testes).
- **Etapla 5 – Manutenção e avaliação:** manutenção preventiva e corretiva, auditorias de segurança e avaliação anual.

5. Tramitação Legal e Competências

- O **pedido de parecer à CNPD** e autorização ao Ministério da Administração Interna serão formalizados pela PSP;
- O Município garante o **financiamento**, aquisição, instalação e manutenção do sistema;
- A PSP assegura a **operação e monitorização** no seu Centro de Comando e Controlo;
- Relatórios de progresso serão produzidos e partilhados para monitorizar a execução, de acordo com o modelo já definido no projeto.

6. Custos Estimados

O investimento total engloba:

- Equipamentos de videovigilância;
- Rede e infraestrutura física;
- Software e licenciamento;
- Instalação e configuração;
- Manutenção preventiva e corretiva.



7. Custos Estimados

O custo global da 1.^a fase do projeto, abrangendo equipamentos, infraestrutura, software e manutenção inicial, está estimado em **cerca de 1 700 000,00 M€** (valor indicativo, sujeito a procedimento concursal), sendo que a 1.^o Fase representa o maior investimento, tanto pelo número de câmaras a instalar como pelas necessidades de infraestrutura, nomeadamente servidores, sala de controlo e software de análise.

8. Conclusão e Proposta

Atendendo à relevância estratégica do projeto e aos benefícios esperados para a segurança pública, prevenção da criminalidade, valorização do espaço urbano e reforço da cooperação interinstitucional, propõe-se a aprovação do **Protocolo de Cooperação** com a PSP para implementação do sistema de videovigilância na cidade de Braga, nos termos apresentados.

À consideração,

Departamento de Estratégia, Sistemas de Informação e Qualidade



Mapa – Área de cobertura Total



MUNICIPIO DE BRAGA

Praça Municipal, 4700 – 435 Braga

Código Validação: EWMVHA32W7RHT9F52EXHF3GCG
Verificação: <https://braga.bdscoeletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestão | Página 20 / 27



Anexo I
braga.pt

Mapa – Área de cobertura Fase 1



MUNICIPIO DE BRAGA

Praça Municipal, 4700 – 435 Braga



Anexo I
braga.pt

**PROTOCOLO DE FINANCIAMENTO PARA A INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE
VIDEOVIGILÂNCIA NA CIDADE DE BRAGA**

Considerando que:

- O Município de Braga está empenhado em proporcionar as melhores condições de bem-estar e segurança aos seus munícipes e a todos os que visitam o concelho;
- A Polícia de Segurança Pública (PSP) tem por funções defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, sendo que a prevenção da criminalidade só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, conforme decorre da Constituição da República Portuguesa;
- Compete à PSP, no âmbito das atribuições previstas na Lei Orgânica da PSP, aprovada pela Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto, entre outras, a garantia da ordem e da tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e bens, assim como prevenir a criminalidade em geral, conforme decorre do seu artigo 3.º;
- Para fazer face às suas atribuições, a PSP ao longo da sua história tem vindo a desenvolver estratégias de atuação consentâneas com as alterações contextuais, procurando responder com solicitude às demandas decorrentes das suas responsabilidades em estreita cooperação com as autarquias locais;
- Com o adensar do espectro de atuação, não se pode negligenciar o auxílio das novas tecnologias na prossecução do superior interesse de zelar pela segurança pública dos cidadãos, designadamente através da utilização de câmaras de vídeo em locais públicos de utilização comum;
- Em matéria de segurança pública, o apoio das novas tecnologias como meio de prevenção situacional, como é o caso do recurso à videovigilância, tem apresentado resultados muito satisfatórios, quer na diminuição da criminalidade quer na eficiência e eficácia da atuação policial;
- A instalação de um sistema de videovigilância na cidade de Braga, em especial nas zonas de maior registo de ocorrências criminais e vias de comunicação, é um meio auxiliar



- manifestamente adequado para a manutenção da segurança e da ordem pública, bem como para a prevenção da prática de factos qualificados na lei como crime;
- Não obstante, importa salientar que o sistema de videovigilância proposto não visa em nenhuma instância substituir a componente humana da atividade policial, mas antes constituir uma ferramenta complementar da atividade policial, preventiva e reativa, permitindo, não só agilizar uma célere resposta policial a cada situação em concreto, como, em alguns casos, tornar possível a identificação de suspeitos e consequente apuramento de responsabilidades criminais;
 - A conjugação de esforços por parte dos outorgantes constitui uma mais-valia para a manutenção da segurança pública, da proteção de pessoas e bens, da prevenção de condutas criminosas e desviantes e para o reforço do sentimento de segurança por parte da população;

Assim, o Município de Braga e a Polícia de Segurança Pública manifestam a sua inteira disponibilidade para materializar e manter em funcionamento um sistema de videovigilância eficaz e que cumpra os objetivos anteriormente enunciados.

Entre

O MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de direito público número 506901173, com sede na Praça do Município, 4704-514, Braga, doravante designado por Município, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, como primeiro outorgante;

E

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, pessoa coletiva de direito público número 600006662, doravante designada abreviadamente por PSP, com a Direção Nacional sita no Largo da Penha de França, n.º 1, em Lisboa, representada neste ato pelo Intendente Sérgio Soares, na qualidade de Comandante Distrital em suplência da Polícia de Segurança Pública Braga, como segundo outorgante;



Ao abrigo do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que atribui competências ao Município para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central, é celebrado o presente protocolo de financiamento, que se passa a reger pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto

1. O presente protocolo visa regular a utilização dos equipamentos afetos ao sistema de videovigilância, propriedade do município de Braga e que se destinam à videovigilância para proteção de pessoas e bens públicos e privados, no concelho de Braga.
2. O presente protocolo estabelece ainda os termos em que deve ser assegurado o tratamento dos dados pessoais no âmbito da prestação de serviços de manutenção e assistência técnica dos equipamentos e sistema de videovigilância.

Cláusula Segunda

Propriedade

A aquisição dos equipamentos afetos ao funcionamento do sistema de videovigilância é da responsabilidade do município, integrando o seu património, o qual colocará à disposição do Comando Distrital de Braga, na qualidade de operador do referido sistema, enquanto este se mantiver em funcionamento.

Cláusula Terceira

Obrigações do Primeiro Outorgante

São obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) Na qualidade de proprietário de todos os bens afetos ao sistema de videovigilância, garantir o correto funcionamento do sistema, assegurando, por via direta ou mediante a contratação a terceiros de serviços, a manutenção de todos os seus componentes, preventiva e corretivamente;
- b) Garantir a atualização do software quanto à segurança e a obtenção das licenças necessárias;
- c) Manter os avisos previstos no artigo 22.º da Lei 95/2021, de 29 de dezembro em devidas condições, procedendo à sua reparação e/ou substituição sempre que tal se justifique.



Cláusula Quarta

Obrigações do Segundo Outorgante

1. São obrigações do Segundo Outorgante:
 - a) Enquanto responsável pelo tratamento das imagens captadas, dar cumprimento a todas as imposições legais relativas à captação, tratamento, utilização, conservação e registo das imagens captadas, conforme previstas na Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, do RGPD e da Lei n.º 59/2019, de 08 de agosto;
 - b) Assegurar que os bens que compõem o sistema de videovigilância, em especial os instalados no Centro de Gestão e Controlo, se destinam em exclusivo aos fins previstos no presente protocolo;
 - c) Dar conhecimento ao Primeiro Outorgante de qualquer vício ou anomalia nos equipamentos afetos ao sistema;
 - d) Permitir a terceiros indicados pelo primeiro outorgante o acesso ao sistema de videovigilância para fins de manutenção e assistência.
2. No caso da não renovação da autorização de funcionamento do sistema, todos os equipamentos são devolvidos ao Primeiro Outorgante.
3. Disponibilizar os recursos humanos adequados a operar/monitorizar o sistema de videovigilância no Centro de Comando e Controlo Operacional do Comando.

Cláusula Quinta

Tratamento de dados pessoais

1. O município de Braga, para efeitos do disposto na alínea b) da cláusula 3.ª constitui-se como subcontratante, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto, a qual pode contratar entidade especializada para efeitos de manutenção do sistema, nos termos da alínea a) da cláusula 3.ª.
2. A entidade que venha a ser contratada pelo município de Braga constitui-se como subcontratante, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto.
3. Os termos em que deve ser assegurado o tratamento de dados pessoais no âmbito da prestação de serviços de manutenção e assistência técnica para reparação e reposição em serviço do equipamento que integra o sistema de videovigilância é estabelecido por protocolo entre o responsável pelo tratamento de dados pessoais e os subcontratantes.



Cláusula Sexta**Acompanhamento e Controlo**

A execução do presente protocolo é acompanhada, a todo o tempo e de forma contínua, pelo Primeiro Outorgante, mediante reuniões periódicas com o Segundo Outorgante, sempre que tal se justifique.

Cláusula Sétima**Modificação do Protocolo**

1. O presente protocolo pode ser retificado ou alterado por mútuo acordo entre as partes.
2. Qualquer emenda, alteração ou aditamento ao presente protocolo deve ser realizado através de adenda, assinada por ambos os Outorgantes.

Cláusula Oitava**Renovação da Autorização**

Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 7.º da Lei 95/2021, de 29 de dezembro, previamente à submissão do pedido de renovação da autorização de utilização do sistema de videovigilância ao membro do Governo, o Segundo Outorgante solicita o parecer escrito do Primeiro Outorgante quanto à intenção de manter em funcionamento o sistema de videovigilância

Cláusula Nona**Cessação**

O presente protocolo pode cessar por:

- a) Impossibilidade de funcionamento do sistema de videovigilância por um período superior a 6 meses;
- b) Revogação, por acordo entre os outorgantes;
- c) Resolução, em caso de incumprimento de alguma das obrigações previstas no presente protocolo, mediante envio de carta registada com aviso de receção à parte faltosa, com menção dos motivos que integram a justa causa invocada.

Cláusula Décima**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes, estas deverão ser dirigidas, através de correio



eletrónico, com aviso de receção e de leitura para o respetivo endereço eletrónico, identificado neste contrato, a saber:

- a) Município de Braga: **dpo@cm-braga.pt**
 - b) Polícia de Segurança Pública: **cpbraga@psp.pt**
2. Qualquer alteração das informações de contacto por via eletrónica constantes do presente protocolo deverá ser comunicada por escrito à outra parte pela forma mais célere.

Cláusula Décima Primeira

Entrada em Vigor

O presente protocolo entra em vigor no dia de ativação do sistema de videovigilância.

Cláusula Décima Segunda

Foro Competente

Para resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Braga, ____ de _____ de 2025

Pelo Município de Braga

Dr. Ricardo Rio
Presidente da Câmara Municipal

Pela Polícia de Segurança Pública

Sérgio Soares, Intendente
Comandante Distrital da PSP de Braga, em suplência

